

a partir da data da publicação, o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar pedido de reconsideração de acordo com o disposto no artigo 70 da LC nº 491/10.
MARCIO MAIENBERGER COELHO
Corregedor

Cod. Mat.: 720422

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 2144/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ 00.802.002/0001-02 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorização de fornecimento nº 190139/2020, Edital nº 811/2020.

Cod. Mat.: 721032

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 103635/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 5.531.725/0001-20, a penalidade de MULTA no valor R\$ 1.741,12 por descumprimento de entrega do material da Autorização de Fornecimento nº 16977/2020 – Edital nº 2639/2019.

Cod. Mat.: 721053

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo SES 65942/2020 e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, RESOLVE aplicar à empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ 03.033.589/0001-12 a penalidade de MULTA no valor R\$ 693,00 por descumprimento de entrega do material da Ordem de Fornecimento nº 6985/2020 – Edital nº 1175/2019.

Cod. Mat.: 721056

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 24946/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI**, CNPJ 09.944.371/0001-04 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorização de fornecimento nº 684/2020, Edital nº 1697/2019.

Cod. Mat.: 721068

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 51188/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **LICIMED DISTR. DE MED. COR. E PROD. MÉDICOS HOSP. LTDA**, CNPJ 04.071.245/0001-60 a penalidade de MULTA no valor R\$ 6.964,52 por descumprimento de entrega do material da Ordem de Fornecimento nº 7476/2020 – Edital nº 684/2019.

Cod. Mat.: 721083

PORTARIA Nº 140, DE 28 DE Janeiro DE 2021
CONSIDERANDO os incisos III e V do art. 200 da Constituição Federal de 1988, que atribui ao SUS a formação de recursos humanos e o incremento ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação; Considerando a PORTARIA Nº 3.510, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, que institui incentivo financeiro de custeio adicional mensal para municípios com equipes de saúde integradas a programas de formação profissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde;
CONSIDERANDO, a Resolução Nº 12 de 19 de fevereiro de 2020, da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), que aprova o Programa de fomento à Especialização Profissional para Atenção Primária à Saúde (APS) de Santa Catarina;
CONSIDERANDO, a Portaria SES Nº 752 de 24 de setembro de 2020, que institui o Programa de Fomento à Especialização Profissional para Atenção Primária de Santa Catarina, a ser denominado FEPAPS-SC;
CONSIDERANDO a necessidade de incentivo para o desenvolvimento da Rede de Integração Ensino Serviço vinculada aos Programas de Residência da Atenção Primária à Saúde da SES e a efetivação do Programa de Fomento à Especialização Profissional para Atenção Primária de Santa Catarina do FEPAPS-SC;
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 74 da Constituição Estadual, RESOL-

VE: DEFINIR diretrizes e regulamentar as bolsas de incentivo e contrapartidas relativos ao Programa de Fomento à Especialização Profissional para Atenção Primária de Santa Catarina FEPAPS/SC.
CAPÍTULO I DO PROGRAMA Art.1º O FEPAPS-SC é constituído de 5 (cinco) modalidades de cursos de formação em nível de pós-graduação lato sensu, para profissionais de saúde nas seguintes modalidades: I - Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade da SES: para graduados em medicina; I - Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade da SES: para graduados em Enfermagem, Educação Física, Nutrição e Psicologia, e outros; II - Pós-graduação lato sensu em Preceptoría: para médicos especialistas em Medicina de Família e Comunidade, vinculados aos municípios participantes do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade da SES; IV - Pós-graduação lato sensu em Educação Permanente em Saúde para Atenção Primária com Enfoque nas Residências em Saúde: para médicos especialistas em Medicina de Família e Comunidade sem vínculo em Equipes de Saúde da Família ou de Atenção Primária à Saúde e que comprovem disponibilidade para cumprir 40 horas semanais nos municípios e macrorregiões que compõe a Rede de Integração Ensino e Serviço da residência estadual de Medicina de Família e Comunidade; V- Pós-graduação lato sensu em Preceptoría Multiprofissional para Atenção Primária para preceptores e candidatos a preceptoría do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade da SES.
CAPÍTULO II DA ADESAO AO PROGRAMA Art. 2º O FEPAPS-SC será direcionado para os municípios participantes ou que tenham interesse em participar dos Programas de Residência de Medicina de Família e Comunidade e/ou Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade da SES-SC, se inserindo na Rede de Integração Ensino e Serviço para Residência na APS. Parágrafo único: Serão considerados critérios para priorização da integração dos municípios ao FEPAPS: I - Menor Índice de Desenvolvimento Humano(IDH); II - Maior distância dos seguintes centros urbanos: Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, e Chapecó; III - Vaga não ocupada por mais de 1 ano no Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade da SES ou no Programa Mais Médicos; IV- Não desenvolver programa de residência municipal.
Art. 3º A participação dos municípios no FEPAPS-SC ocorrerá mediante a assinatura e firmamento de Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino e Serviço– COAPES, integrando a Rede de Integração Ensino e Serviço para Residência na APS. **Art. 4º** O COAPES será disponibilizado no site da SES-SC e deverá conter o detalhamento das responsabilidades dos entes envolvidos. **Art. 5º** O COAPES firmado entre SES-SC, Secretarias Municipais de Saúde e Escola de Saúde Pública do Estado de Santa Catarina será um instrumento de gestão entre as partes, e irá conter: I – responsabilidades mutuas; II - responsabilidades dos programas de residência; III - responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina; IV - responsabilidade do município; V - monitoramento e a avaliação do contrato; VI - prazo de vigência, e VII - planos de atividades e de contrapartidas. Parágrafo único: os plano de atividades e de contrapartidas serão revisados a cada 2 anos, independente do prazo de vigência do contrato. **Art. 6º** Para celebração do COAPES deverá ser constituído um Comitê Gestor Local do Contrato, que terá como atribuição acompanhamento e avaliação do objeto do contrato.
CAPÍTULO III DO FINANCIAMENTO E CONTRAPARTIDAS Art. 7º O FEPAPS-SC será financiado pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina e pelos municípios que aderirem ao Programa, conforme descrito a seguir: I – Residentes de Medicina de Família e Comunidade - além da bolsa financiada pelo Ministério da Saúde no valor de R\$ 3.330,43(três mil trezentos e trinta reais e quarenta e três centavos), receberão um incentivo financeiro no valor de R\$3.330,43 (três mil trezentos e trinta reais e quarenta e três centavos) pela SES-SC através do FEPAPS -SC, e um incentivo financeiro municipal definido pela legislação local. I – Pós-graduandos do curso lato sensu em Preceptoría em Medicina de Família e Comunidade – receberão um incentivo financeiro no valor de R\$3.330,43 (três mil trezentos e trinta reais e quarenta e três centavos) pela SES-SC através do FEPAPS-SC, além do incentivo financeiro municipal para preceptoría definido pela legislação local e salário municipal. II – Pós-graduandos do curso lato sensu em Educação Permanente para Atenção Primária à Saúde com Enfoque nas Residências em Saúde – receberão um incentivo financeiro no valor de R\$9.991,29 (nove mil novecentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos) pela SES- SC através do FEPAPS-SC, além de um incentivo financeiro municipal de no mínimo R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) conforme pactuação em Comissão Intergestores Bipartite (CIB). IV - Pós-graduação lato sensu em Preceptoría Multiprofissional para Atenção Primária em Santa Catarina – alunos que já exercem a preceptoría receberão um incentivo financeiro municipal definido pela legislação local. Poderão ser pactuadas contrapartidas não financeiras entre Programa de Residência e Município até que a legislação local abarque o incentivo financeiro. **Art. 8º** O município será responsável em dispor estrutura local para desenvolvimento dos cursos, conforme descrito no COAPES.
CAPÍTULO VI DAS ATIVIDADES/COMPROMISSOS DOS INGRES-

SOS E PRECEPTORES Art. 9º Serão atividades e compromissos dos especializandos ingressos através do FEPAPS: I – Residentes: desenvolver atividades práticas junto às Unidades Básicas de Saúde incluindo atendimentos clínicos individuais, visitas domiciliares, procedimentos, atividades coletivas, planejamento, entre outros sob a supervisão integral dos preceptores da área afim, além do desenvolvimento de atividades teóricas e teórico-práticas, e participar de projetos de qualificação da APS com entregas produtos relacionados a melhoria da APS; II – Preceptores: manter as atividades da área afim da qual foi contratado pelo município, desenvolver atividades de preceptoría direta aos residentes, podendo preceptorar até 3 residentes na mesma Unidade Básica de Saúde da sua área afim no desenvolvimento das atividades práticas, apoiar desenvolvimento das atividades teóricas e teórico-práticas do programa de residência, além de apoiar a supervisão de residentes das demais áreas da Atenção Primária à Saúde. III – Pós-graduandos do curso lato sensu em Preceptoría em Medicina de Família e Comunidade – manter as atividades da área afim da qual foi contratado pelo município, desenvolver atividades de preceptoría direta aos residentes, podendo preceptorar até 3 residentes na mesma Unidade Básica de Saúde, apoiar no desenvolvimento das atividades teóricas e teórico-práticas do programa de residência, apoiar a supervisão de residentes de outras áreas da Atenção Primária à Saúde, participar das atividades teóricas e teórico-práticas do curso de pós-graduação. IV - Pós-graduandos do curso lato sensu Educação Permanente para Atenção Primária à Saúde com Enfoque nas Residências em Saúde – desenvolver atividades de preceptoría direta aos residentes, podendo preceptorar até 3 residentes na mesma Unidade Básica de Saúde, apoiar no desenvolvimento das atividades teóricas e teórico-práticas do programa de residência, apoiar a supervisão de residentes de outras áreas da Atenção Primária à Saúde, participar das atividades teóricas e teórico-práticas do curso de pós-graduação. V - Pós-graduação lato sensu em Preceptoría Multiprofissional para Atenção Primária em Santa Catarina - manter as atividades da área afim da qual foi contratado pelo município, desenvolver atividades de preceptoría direta aos residentes, podendo preceptorar até 2 (dois) residentes na mesma Unidade Básica de Saúde, apoiar no desenvolvimento das atividades teóricas e teórico práticas do programa de residência, apoiar a supervisão de residentes de outras áreas da Atenção Primária à Saúde, participar das atividades teóricas e teórico-práticas do curso de pós graduação.
CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 10º Os discentes dos cursos de pós-graduação, cujo perfil deverá atender ao que está descrito no artigo 1º, itens I a V desta resolução, serão selecionados por meio de Processo Seletivos Público sob responsabilidade da SES-SC. **Art. 11º** Os cursos de especialização lato sensu serão aprovados no Conselho Estadual de Educação (CEE) e desenvolvidos pela Escola de Saúde Pública e Divisão de Residências em Saúde da SES. **Art. 12º** O não cumprimento dos compromissos firmados tanto por parte dos ingressos, quanto por parte dos municípios e Secretaria de Estado da Saúde poderá acarretar rompimento do Contrato e dos incentivos financeiros pactuados. **Art. 13º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 19 de fevereiro de 2021.

André Motta Ribeiro
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 721167

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EDITAL Nº 001/2021 CADASTRAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS NA ÁREA DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA.

A Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina torna público, o cadastramento da empresa constante no Anexo I, conforme determina Instrução Normativa Nº 001/DIVS/2013, para realização das atividades de avaliação de equipamentos e ambientes na área de proteção radiológica em radiologia médica e odontológica.

Publique - se.
Florianópolis, 18 de fevereiro de 2021.

Lucélia Scaramussa Ribas Krickyj
Diretora de Vigilância Sanitária

ANEXO I

EMPRESA: SAFETY SOLUÇÕES EM RADIOPROTEÇÃO
RAZÃO SOCIAL: Carlos Eduardo Borges de Queiroz
CNPJ: 30.577.214/0001-96
ENDEREÇO: R. Soldado Abelardo Mendonça Sobrinho, 211, sala 02 **MUNICÍPIO:** Itajaí – SC **CEP:** 88307-620